

Venezuela acerta com os bancos e terá suave monitoração do FMI

por Paulo Sotero
de Washington

O comitê de bancos credores da Venezuela anunciou, na noite da última sexta-feira, em Nova York, a conclusão das conversações para o reescalonamento de US\$ 21,2 bilhões dos US\$ 35 bilhões da dívida externa do país. Os US\$ 21,2 bilhões englobam os vencimentos de principal da dívida venezuelana entre 1983 e 1988 e terão prazo de pagamento de doze anos. Os bancos cobrarão um "spread" de 1,25% sobre a Libor, a taxa do mercado interbancário londrino, atualmente em 8,5%.

Esta taxa de risco é a mesma que foi acertada, na média, com o México, o primeiro país a fazer um acordo multianual de renegociação da dívida. Como ocorreu na negociação mexicana, o acordo não estipula prazo de carência, mas uma escala gradual de amortizações, que começa neste ano, com o pagamento de US\$ 750 milhões.

Como também aconteceu no caso do México, a assinatura dos contratos da renegociação da Venezuela demorará pelos menos mais três a quatro meses, informou a este jornal uma fonte do comitê de treze bancos que tratou com o governo de Caracas. Este será o tempo necessário para convencer os 450 bancos credores do país a aceitar o plano.

Esta não será uma tarefa tranquila. Antes de assinar, muitos credores querem receber cerca de US\$ 300 milhões de juros em atraso que lhes são devidos por empresas privadas venezuelanas. Ao contrário do que ocorreu no caso do Brasil, o governo de Caracas não assumiu responsabilidade pelo pagamento dos empréstimos tomados pelo setor privado. A inadimplência das empresas devedoras foi até agora o principal obstáculo para a finalização do acordo de renegociação da dívida da

Venezuela, que está amarrado desde setembro do ano passado.

INTERMINÁVEL NOVELA

Segundo Francis Mason, do Chase Manhattan Bank, que preside o comitê de bancos da Venezuela, o governo de Caracas já aprovou a maioria dos contratos de câmbio apresentados pelas empresas devedoras, o problema dos atrasos está sendo resolvido e "não existe mais razão em ficar adiando a implementação do acordo". Outras fontes financeiras acreditam, contudo, que a decisão de iniciar a venda do acordo à comunidade internacional é motivada também pelo desejo dos grandes bancos de acrescentar mais um capítulo positivo na interminável novela da dívida dos países latino-americanos, cujo enredo, nos últimos meses, tem sido alimentado mais por acidentes do que por histórias com final feliz.

Pelo cronograma ideal estabelecido pelos credores, a assinatura da renegociação mexicana, em 29 de março passado, deveria abrir o caminho para a celebração de uma sucessão de acordos multianuais de reescalonamento com países devedores, que retiraria a questão da dívida das primeiras páginas por um longo período. Não foi isso o que aconteceu.

Em fevereiro, o Brasil teve seu programa suspenso pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e as conversações com os bancos entraram em colapso. O mesmo aconteceu com a Argentina, no mês seguinte. A eleição, no Peru, de um presidente de esquerda e abertamente hostil ao FMI, e o descarrilhamento da economia do Chile, que precisará neste ano de mais dinheiro novo que pediu no ano passado, completaram um cenário bem mais complexo do que os banqueiros haviam inicialmente calculado.

Diante disso, uma fonte bem informada já antecipava a este jornal, há um mês, a necessidade política dos credores de aumentarem o número de negociações bem-sucedidas, fechando o mais rápido possível acordos com a Venezuela e com o Brasil.

Com o Brasil, o mais rápido possível será demorado. Antes de finalizar o acordo com os bancos, cujos termos já foram basicamente acertados pela administração Figueiredo, o governo terá de negociar um acordo de austeridade econômica com o FMI — uma empreitada que se anuncia das mais complicadas. Este nunca foi um problema para a Venezuela. Confortavelmente acolchoado por uma reserva de US\$ 13 bilhões produzidos pela venda de petróleo (proporcionalmente, o Brasil teria de ter US\$ 35 bilhões em caixa para gozar o mesmo conforto), o governo da Venezuela pode bancar uma negociação com os bancos sem se submeter aos rigores do Fundo.

MONITORAÇÃO

O governo de Caracas, é verdade, aceitou submeter-se "à vigilância reforçada" ou "monitoração" do FMI pelo período do acordo, atendendo à condição apresentada pelos banqueiros

para fazer a rolagem da dívida por um período superior a um ano. A monitoração acertada pelo governo de Caracas, embora se assemelhe, na aparência, com a vigilância que o Fundo exercerá sobre o México, será, na realidade, bem mais aguada do que esta.

A semelhança é puramente de forma. Como acontecerá com o México (depois que terminar seu programa ampliado com o Fundo, no fim deste ano), os técnicos do FMI visitarão a Venezuela duas vezes por ano — e não mais apenas uma, como prescreve o artigo 4 do acordo do Bretton Woods, que criou o FMI. A consulta anual é feita a todos os 148 países-membros da organização.

As autoridades venezuelanas recusaram-se, contudo, a submeter metas quantitativas trimestrais ao Fundo — cuja monitoração, durante o prazo de renegociação da dívida, constitui a essência da "vigilância reforçada". Em lugar disso, o governo de Caracas fornecerá diretamente aos bancos uma série de informações sobre o comportamento da economia. Mensalmente, o comitê será notificado sobre a situação da dívida do setor privado. Trimestralmente, receberá as demais informações relevantes para determinar a saúde financeira do país.

COLÔMBIA

Antes mesmo de começar a monitoração da Venezuela — ela se tornará operacional somente depois da assinatura dos contratos de renegociação da dívida com os bancos —, um outro país latino-americano, a Colômbia, terá sua economia inspecionada duas vezes por ano pelo Fundo. Com uma dívida externa de US\$ 10 bilhões, o governo de Bogotá não tem programa de austeridade do FMI nem está precisando renegociar sua dívida. Mas aceitou submeter-se à vigilância reforçada da instituição, pelo prazo de um ano, para garantir um empréstimo de US\$ 550 milhões de novos recursos dos bancos. O empréstimo, que foi acertado no mês passado, financiará projetos de carvão e petróleo. A diretoria do Fundo deverá aprovar o acordo de monitoração da economia colombiana no fim do mês que vem.